

**EDITAL Nº 04/2022, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2022****PROCESSO SELETIVO PARA VAGAS REMANESCENTES DE CANDIDATOS À MATRÍCULA POR TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS DE CURSOS CONGÊNERES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA O CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO EM DIREITO DA FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA.**

O Diretor da Faculdade de Direito de Franca, Professor Doutor José Sérgio Saraiva, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação vigente, torna público para conhecimento dos interessados, que estarão abertas as inscrições para a seleção de candidatos à matrícula por transferência para as vagas remanescentes de alunos de cursos congêneres, de outras Instituições de Ensino Superior, para o Curso Superior de Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Franca, de acordo com as instruções abaixo descritas:

1. DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO DE TRANSFERÊNCIA

1.1 A Comissão de Processo Seletivo de Transferência, nomeada por meio da portaria n. 34, de 1º de dezembro de 2021, é composta de três docentes titulares, já designados pelo Diretor, cuja presidência deverá ser exercida dentre eles, pelo docente titular com maior tempo de exercício docente na Faculdade de Direito de Franca, na seguinte conformidade:

1.1.1 Um representante do Departamento de Disciplinas de Formação Fundamental;

1.1.2 Um representante do Departamento de Direito Público;

1.1.3 Um representante do Departamento de Direito Privado.

1.2 Compete à Comissão de Processo Seletivo de Transferência coordenar, executar e fiscalizar o processo de inscrição, avaliação, classificação e publicação dos resultados.

1.3 A Comissão de Processo Seletivo de Transferência poderá valer-se do auxílio de tantos professores ou funcionários quantos forem necessários, para o cumprimento de suas atribuições, em especial para a aplicação das provas, devendo apresentar à Direção, com antecedência, relação dos nomes e tarefas que irão desempenhar.

2. DAS VAGAS DISPONÍVEIS PARA TRANSFERÊNCIA

2.1 São cento e quatorze vagas disponíveis para transferência, assim distribuídas:

SÉRIES	PERÍODOS		TOTAL
	NOTURNO	DIURNO	
2ª	25	6	31
3ª	14	20	34
4ª	---	49	49



2.2 Eventuais vagas remanescentes, verificadas após o término deste Processo Seletivo, serão oferecidas de acordo com a classificação obtida e opção de turno feita pelo interessado. Será facultada a troca de turno ao aluno classificado, desde que haja a respectiva vaga.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão efetuadas entre os dias **03 à 09 de fevereiro de 2022, às 23h59**, via internet pelo link <https://forms.gle/sCmUZQM6AFQocqLt5>. O candidato deverá **preencher** previamente a ficha de inscrição constante do formulário acima e submeter cópias de todos documentos abaixo, cuja autenticação não é necessária:

3.1.1 Fotocópia da Cédula de Identidade;

3.1.2 Fotocópia do CPF;

3.1.3 Comprovante de recolhimento da taxa de inscrição a Faculdade, no valor de R\$ **80,00 (oitenta reais)**, mediante depósito ou transferência bancária na Conta Corrente n. 230.021-4, Agência 00531, do Banco do Brasil, Favorecida a Faculdade de Direito de Franca, CNPJ 54.157.748/0001-21.

3.1.4 Fotocópia do Histórico Escolar, completo e atualizado ou equivalente;

3.1.5 Fotocópia dos conteúdos programáticos das disciplinas cursadas, com suas folhas devidamente rubricadas pela Instituição de Ensino Superior de origem;

3.1.6 Certidão de que está vinculado e com matrícula regular junto à Instituição de Ensino Superior de origem, em condições de transferência;

3.2 Os documentos descritos nos itens **3.1.5** e **3.1.6**, que dependem de emissão por parte das IES de origem do candidato, poderão ser substituídos pelo protocolo do requerimento do documento, ou por declaração do candidato, sob as penas da lei, de que sua situação é regular e o documento foi requerido em tempo hábil.

3.3 Em qualquer hipótese, o documento faltante deverá ser submetido pelo link <https://forms.gle/sCmUZQM6AFQocqLt5> até o **dia 09 de fevereiro de 2022 às 23h59**.

3.4 O candidato poderá ainda apresentar os documentos até a data da convocação. Nesta hipótese, o pedido deverá ocorrer por requerimento do candidato, sob as penas da lei, motivando o arguido.

3.5 Por ocasião da inscrição, o candidato deverá optar para o turno para o qual deseja concorrer (diurno ou noturno).

3.6 A efetivação da inscrição se dará após o depósito ou transferência bancária da taxa de inscrição referida item 3.1.3, devidamente submetida pelo link <https://forms.gle/sCmUZQM6AFQocqLt5>.

3.7 O candidato deverá submeter os documentos necessários (itens 3.1.1 a 3.1.6) e o comprovante de depósito devidamente efetivado, em formato PDF, pelo link <https://forms.gle/sCmUZQM6AFQocqLt5>, até o **dia 09 de fevereiro de 2022 às 23h59**.

3.8 A relação de inscrições deferidas será afixada nos murais da Faculdade até o **dia 10 de fevereiro de 2022** e divulgada pela Internet através do portal da FDF (www.direitofranca.br).

3.9 Ao se inscrever, o candidato declara aceitar as condições do edital, inclusive com a condição de que a prova será presencial com observação dos protocolos de prevenção do COVID.



4. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA INSCRIÇÃO

4.1 São requisitos necessários ao candidato para a inscrição no Processo Seletivo de Transferência:

4.1.1 Não apresentar dependência em nenhuma disciplina no Histórico Escolar da Instituição de Ensino Superior de origem, que esteja inserida na série para a qual o candidato pretende cursar nesta Faculdade;

4.1.2 Não estar obrigado a cursar mais de 3 (três) disciplinas em regime de adaptação, conforme dispositivo regimental desta Faculdade;

4.1.3 Não ter ultrapassado o prazo legal máximo para a integralização do Curso Superior de Graduação em Direito que nesta Faculdade é de 10 (dez) anos;

4.1.4 Estar de acordo com as normas que disciplinam o processo de adaptação aos componentes curriculares da matriz curricular desta Faculdade, bem como às normas legais, regimentais e regulamentares pertinentes ao Curso Superior de Graduação em Direito da Instituição.

5. DAS PROVAS

5.1 As provas serão realizadas no dia 11 de fevereiro de 2022, com o seu início previsto para as 19h e término às 22h, no prédio da Faculdade de Direito de Franca, na Avenida Major Nicácio, nº 2.377, Unidade I, em Franca, Estado de São Paulo.

5.2 As provas serão compostas de uma redação e de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, extraídas do conteúdo programático das disciplinas da matriz curricular do Curso Superior de Graduação em Direito desta Faculdade, abrangendo as disciplinas componentes das séries anteriores à pretendida pelo candidato, que estão disponíveis no Anexo I deste edital.

5.3 A identificação do candidato no dia da prova será feita por meio de Cédula de Identidade ou de outro documento pessoal com foto. O candidato também deverá apresentar o comprovante de inscrição e assinar a lista de presença.

5.4 O candidato deverá comparecer no local das provas munido de caneta esferográfica azul ou preta, lápis e borracha preta e máscaras de proteção facial (ao menos duas), com cobertura de nariz e boca, para uso pessoal e **comprovante de vacinação**, 30 (trinta) minutos antes do seu início previsto.

5.5 Não será permitida a entrada de candidato após o início das provas.

5.6 Iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridos 60 (sessenta) minutos de seu início.

5.7 Será também excluído do Processo Seletivo, a qualquer tempo, o candidato que: prestar informações inexatas no processo de inscrição; não integralizar os procedimentos de inscrição; consultar livros, impressos ou anotações durante as provas; incorrer em comportamento indevido ou descortês para com qualquer dos aplicadores auxiliares ou autoridades; chegar atrasado para a prova; for surpreendido, durante a prova, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato; **portar telefones celulares, pagers ou similares, máquinas de calcular, ou se, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, que o candidato se valeu de meios ilícitos.**



5.8 Ao término da prova, o candidato deverá devolver ao examinador o caderno de questões, a folha de respostas das questões objetivas e a folha de redação.

5.9 Não serão fornecidos exemplares das questões ao candidato.

5.10 Não serão concedidas vistas de prova ou recontagem de pontos, salvo a existência de erro material.

5.11 O candidato, ao entrar no prédio, deve dirigir-se imediatamente à sala de prova. É proibida a permanência em saguões, corredores, áreas externas etc.

5.12 Será obrigatório o uso de máscaras de proteção facial, conforme o Decreto Estadual nº 64.959 de 4 de maio de 2020. Não será permitida a entrada, nem a permanência no prédio sem máscara.

5.13 O candidato será responsável pelo acondicionamento e/ou descarte de seu material de proteção utilizado (máscaras, luvas etc.), seguindo as recomendações dos órgãos de saúde.

5.15 Serão eliminados do Processo Seletivo os candidatos que durante a realização das provas se recusarem a cumprir os protocolos e medidas sanitárias a serem seguidos em decorrência da pandemia ocasionada pelo Coronavírus (COVID – 19).

6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1 A classificação dos candidatos será efetuada em ordem decrescente de pontos, considerando-se a soma dos pontos atribuídos na prova escrita, na prova de redação e a pontuação atribuída na análise do Histórico Escolar (média das notas somente das disciplinas equivalentes componentes das séries anteriores à pretendida pelo candidato), apurando-se a média final obtida pelo candidato.

6.2 No caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver:

6.2.1 maior nota na prova de redação;

6.2.2 maior soma de pontos na prova escrita;

6.2.3 maior soma de pontos na análise do Histórico Escolar.

6.3 A relação dos candidatos aprovados será afixada nos murais da Faculdade até o dia **16 de fevereiro de 2022 e divulgada pela Internet através do portal da FDF (www.direitofranca.br)**.

6.4 Será desclassificado o candidato que não obtiver a nota mínima de 5,0 (cinco) na prova de Redação e não responder acertadamente, pelo menos 40% (quarenta por cento) das questões objetivas, salvo deliberação superior do Conselho Departamental.

6.5 O candidato que não preencher os requisitos necessários para participação no Processo Seletivo de Transferência expressos neste Edital, estará automaticamente desclassificado, independentemente do resultado obtido nas provas, sem direito ao ressarcimento do valor recolhido a título de inscrição.

6.6 Em nenhuma hipótese haverá revisão das provas.

7. DA MATRÍCULA

7.1 A matrícula para os aprovados, de acordo com as vagas disponíveis, será efetuada nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2022, para os convocados em primeira chamada. Para os convocados em segunda chamada a matrícula será nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2022, e para os convocados em terceira chamada a matrícula será nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2022. Caso necessário, poderão haver novas chamadas até o



preenchimento das vagas. O horário para a realização das matrículas e entrega dos documentos é das 8h30 às 12h e das 13h às 19h.

8. CRONOGRAMA

ATO	DATA
Inscrições.	03 à 09 de fevereiro de 2022.
Prazo final para envio do comprovante de pagamento por e-mail.	09 de fevereiro de 2022.
Publicação da lista de inscrições deferidas.	10 de fevereiro de 2022.
Prova.	11 de fevereiro de 2022 às 19h.
Publicação dos resultados.	16 de fevereiro de 2022.
Matrículas primeira chamada.	17 e 18 de fevereiro de 2022.
Matrículas segunda chamada.	21 e 22 de fevereiro de 2022.
Matrículas terceira chamada para eventuais remanescentes.	23 e 24 de fevereiro de 2022.
Prazo final para entrega de documentos emitidos por IES de origem caso o candidato tenha formalizado por requerimento	No ato da matrícula.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Os casos que redundarem em dúvidas, por omissão, interpretação e aplicação deste Edital, serão analisados e resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo de Transferência, *ad referendum* do Conselho Departamental, à luz das normas emanadas pela Faculdade e pela legislação pertinente.

9.2 O ato de inscrição do candidato importará no conhecimento e aceitação total das normas estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive com relação às restrições decorrentes da pandemia do COVID 19.

9.3 Todas as publicações serão feitas no mural principal (defronte à Portaria, na unidade II) e através do site www.direitofranca.br. Recomenda-se ao interessado acompanhar as publicações.

9.4 Informações complementares sobre este Processo Seletivo de Transferência poderão ser obtidas na Secretaria da Faculdade.

Franca, 02 de fevereiro de 2022.

Prof. Dr. José Sérgio Saraiva
Diretor



ANEXO I

1º ANO

CIÊNCIA ECONÔMICA E POLÍTICA

- 1 - A Economia, o Direito e as Instituições
 - 1.1 - O conceito de economia
 - 1.2 - Um primeiro conceito entre a Economia e o Direito
 - 1.3 - Instituições
- 2 - Direito Econômico
 - 2.1 - A ordem econômica na Constituição de 1988
 - 2.2 - Os princípios gerais da atividade econômica
 - 2.3 - Os princípios gerais
 - 2.4 - O tratamento protecionista
 - 2.5 - O papel do Estado na ordem econômica
 - 2.6 - Outros papéis do Estado
 - 2.7 - O Estado Regulador
 - 2.8 - As Agências Reguladoras dos Serviços Públicos
- 3 - Teorias Econômicas
 - 3.1 - O Mercantilismo
 - 3.2 - A escola Clássica ou Liberal
 - 3.3 - A escola Keynesiana
 - 3.4 - O Neoliberalismo
 - 3.5 - O Marxismo
- 4 - A Produção
 - 4.1 - Os fatores da produção
 - 4.2 - O fator Terra – Recurso Natural
 - 4.3 - O fator Trabalho – Recurso Humano
 - 4.4 - O fator Capital - Investimento
 - 4.5 - Outros fatores de produção
 - 4.6 - Empresa - Organização
- 5 - A Circulação
 - 5.1 - Circulação das riquezas
 - 5.2 - A troca
 - 5.3 - Conceito de Mercado
 - 5.4 - O Comércio
 - 5.5 - As Bolsas de Mercadorias e de Valores
 - 5.6 - Meios de transporte e sua importância
 - 5.7 - O preço
 - 5.8 - A Moeda, o Crédito e o Sistema Financeiro Nacional
 - 5.9 - O Câmbio
 - 5.10 - Balança Comercial e Balanço de Pagamentos
- 6 - Repartição ou Distribuição das Riquezas
 - 6.1 - Produto Interno Bruto (A Riqueza Produzida)
 - 6.2 - As Rendas e Aluguéis – Remuneração do fator Terra (A parte dos Proprietários)
 - 6.3 - Os Salários – Remuneração do fator Trabalho (A parte dos Trabalhadores)
 - 6.4 - Os Juros – Remuneração do fator Capital (A parte dos Capitalistas)
 - 6.5 - Os lucros – Remuneração do fator Capital (A parte dos Empresários)



6.6 - Os Tributos (A parte do Estado)

7 - O Consumo

7.1 - Conceito do consumo

7.2 - A inflação e suas causas

7.3 - Os tipos de inflação

7.4 - As consequências da inflação

7.5 - A inflação e as escolas de economia 8 - Economia e Relações Internacionais

8.1 - Globalização

8.2 - Blocos econômicos

8.3 - Mercosul e outros acordos comerciais

8.4 - Acordos e Organismos Internacionais

9 - Introdução ao Estudo da Ciência Política

9.1 - Conceito e objeto da Ciência Política

9.2 - Inter-relação entre Ciência Política, Filosofia, Sociologia, Psicologia.

9.3 - Correlação com a Economia, História e o Direito.

9.4 - Ciência Política e Teoria Geral do Estado

9.5 - Conceitos básicos de Política, Sociedade e Estado

10 - O Estado

10.1 - Conceito e Definições

10.2 - Origens e Formação

10.3 - Elementos Constitutivos

11 - Separação dos Poderes

11.1 - O contexto histórico da doutrina

11.2 - A consolidação da teoria

11.3 - A tripartição dos poderes

11.4 - A divisão dos poderes no Brasil

12 - Formas de Governo

12.1 - Governo de Direito e Governo de Fato

12.2 - Governos Normais e Anormais

12.3 - Monarquia

12.4 - República

13 - Democracia

13.1 - Democracia na Antiguidade ou Ateniense

13.2 - Democracia Moderna ou Representativa

13.3 - Democracia na Atualidade

13.4 - Desafios da Democracia

14 - Sistemas de Governo

14.1 - Sistema Representativo Parlamentarista

14.2 - A Formação histórica do Parlamentarismo

14.3 - Chefe de Estado e Chefe de Governo

14.4 - A moção de censura e o voto de confiança

14.5 - Pressupostos do Parlamentarismo

14.6 - Sistema Representativo Presidencialista

14.7 - Relação entre o executivo e o legislativo

14.8 - Os poderes do presidente da República

14.9 - Eletividade do chefe do poder executivo

14.10 - A irresponsabilidade política e o Impeachment



- 15 – Sufrágio e Sistemas Eleitorais
 - 15.1 - A importância do sistema eleitoral
 - 15.2 - O Sufrágio como direito ou função.
 - 15.3 - A doutrina da soberania popular.
 - 15.4 - A doutrina da soberania nacional
 - 15.5 - O Sufrágio universal e o restrito
 - 15.6 - Restrições ao Sufrágio Universal
 - 15.7 - Tipos de Sufrágio
 - 15.8 - Sistema eleitoral majoritário e proporcional
- 16 – Partidos Políticos
 - 16.1 - Origem e evolução história dos partidos
 - 16.2 - Definições de partidos
 - 16.3 - Sistemas partidários
 - 16.4 - Modalidades de partidos
 - 16.5 - Classificação dos partidos políticos
 - 16.6 - Os partidos políticos no Brasil
- 17 – Processo Legislativo
 - 17.1 - Etapas ou fases do Processo Legislativo Brasileiro
 - 17.2 - O quórum para a deliberação
 - 17.3 - Atuação dos parlamentares na elaboração das leis
 - 17.4 - Elaboração de emendas e leis
 - 17.5 - As comissões e seu funcionamento
 - 17.6 - As comissões permanentes e temporárias
- 18 – Direitos Humanos e Direitos Fundamentais
 - 18.1 - Direitos humanos e direitos fundamentais
 - 18.2 - Evolução
 - 18.3 - Características dos direitos fundamentais
 - 18.4 - Classificação dos direitos fundamentais
 - 18.5 - A abrangência dos direitos
 - 18.6 - Os direitos fundamentais no Brasil

Bibliografia:

ANDRADE, Paulo Roberto Siqueira de. Economia política para o curso de direito. Rio de Janeiro:

Freitas Bastos, 2005. 174 p.

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 16.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. 550 p.

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de, FALCÃO, Leonor Peçanha. Ciência política: uma introdução. São Paulo: Atlas, 2004. 231 p.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 32.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 306 p.

FIGUEIREDO, Marcelo. Teoria geral do Estado. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 162 p.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da Fonseca. Direito econômico. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002. 382 p.

GASTALDI, J.Petrelli. Elementos de economia política. 19.ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.



480p.

PARKIN, Michael. Economia. 8.ed. São Paulo: Person, 2009. 814 p.

ROSSETTI, J. Paschoal. Introdução à economia. 20.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. 928p.

ZYLBERSZTAJN, Décio, SZTAJN, Rachel (orgs.). Direito & economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 315p.

FUNDAMENTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS DO DIREITO

1. Introdução
2. O ser humano, o centro dos conhecimentos.
3. A Sociedade humana.
4. A Convivência humana.
5. Os Contatos Sociais e o Isolamento Social.
6. O Estado e o Planejamento da Atividade Social.
7. A Importância das Ciências Sociais Ciências Sociais e Sociológicas Sociologia: Conceito e Campo de Atuação Objeto da Sociologia.
8. Métodos da Sociologia Histórico da Sociologia.
9. As Interações e os Processos Sociais.
10. Comunicação Social Cooperação e Competição Conflitos Sociais.
11. Consequências dos Conflitos Sociais Meios para Superar os Conflitos Sociais.
12. Agrupamentos Sociais Constituição.
13. Formas Classificação.
14. Mecanismo de Sustentação Importância.
15. Instituições Sociais
16. Mecanismo de Controle Social.
17. A Família e a Escola.
18. A Igreja e a Empresa.
19. O Poder Político.
20. Associações, Sindicatos e outros.
21. A Sociologia do Direito. Formação Histórica Definição e Objetivos.
22. Objeto
23. Relações com outras Ciências Jurídicas Métodos e Técnicas.
24. Controle Social e Direito.
25. Conceito.
26. Cumprimento das Normas e Controle Social.
27. As normas Sociais Desviantes.
28. Cultura e Controle Social.
29. A Força como Meio de Controle Social.
30. A Estratificação Social e o Direito.
31. As Classes Sociais Caracterização.
32. Mobilidade Social Tipos.
33. Estratificação e Controle Social.
34. Mudança Social e Direito. Considerações Preliminares. Mudança e Controle Social.
35. Mudança Social, Reforma e Revolução Desenvolvimento Econômico e Social Revolução e Direito.



36. A Profissão Jurídica e a Vida Forense.
37. Aspectos Sociológicos.
38. A Estrutura Social e as Profissões As Profissões Liberais.
39. O Profissional do Direito.
40. O Homem Comum e o Advogado.

Bibliografia:

APOSTOLOVA, Bristra Stefanova. Poder judiciário: do moderno ao contemporâneo. Porto Alegre:

Sérgio Antônio Fabris, 1998.

AVILA, Pe. Fernando Bastos de S. J. Introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. Sociologia e direito. São Paulo: Atlas, 2001.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. Prefácio de José Eduardo Faria. Direito e democracia. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.

FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

PLANO DE ENSINO - 2019

CAPPELLETTI, Mauro e GASTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução de Ellen Gracie Northflut. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. Sociologia do direito. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1979.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Você conhece sociologia jurídica? Rio de Janeiro: Forense, 1992.

LIMA, Euzébio de Queiroz. Princípios de sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Record, 1958.

LYRA FILHO, Roberto. O que é direito? 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CASTRO, Celso Antônio Pinheiro de. Sociologia do direito. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 2004.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Você conhece sociologia jurídica? 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992. DELLA TORRE, Maria Benedita Lima. O homem e a sociedade: uma introdução sociologia. 6. ed.

São Paulo: Nacional, 1977.

KEESING, Felix M. Antropología cultural. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. Sociología geral. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, Euzébio de Queiroz. Princípios de sociologia jurídica. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1958.

MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia? São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEVY-BRUHL, Henri. Sociologia do direito: universidade hoje. São Paulo: Martins Fontes, 1997. MACHADO NETO, Antônio Luís. Sociologia jurídica. São Paulo: Saraiva, 2004. Bibliografia Específica MIRANDA, Pontes de. Introdução à sociologia. Rio de Janeiro: Forense, .

PIERSON, Donald. Teoria e pesquisa em sociologia. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

QUAGLIA, Vicente. Sociologia princípios e problemas. São Paulo: Obelisco, 1964.

ROCHA, Iolanda Jardim da. 1.000 perguntas de sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992. ROCHA, Iolanda Jardim da. 1.000 perguntas de sociologia jurídica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.



RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ensino jurídico e direito alternativo. : Acadêmica, ROSENN, Keith S. O jeito na jurídica brasileira. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
SALDANHA, Nelson Nogueira. Sociologia do direito. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

Bibliografia Geral

SICHES, Luis Recaséns. Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: O Globo, 1965.
SOUTO, Cláudio e SOUTO, Solange. Sociologia do direito: uma visão substantiva. 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1997.
VIANNA, Luiz Werneck et al. Corpo e alma da magistratura brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA
PLANO DE ENSINO - 2019
WOLKMER, Antônio Carlos. Fundamentos da história do direito. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
WOLKMER, Antônio Carlos. Ideologia, estado e direito. 2. ed. São Paulo: RT, 1995

TEORIA E HISTÓRIA DO DIREITO

1. NOÇÕES GERAIS SOBRE O DIREITO

1.1 Conceito

1.2 Classificações

1.3 Estrutura do Poder Judiciário

1.4 DAS NORMAS JURÍDICAS (DOGMÁTICA)

1.4.1 Conceito e Classificações das Normas Jurídicas

1.4.2 Fontes das Normas Jurídicas

1.4.3 Espécies de normas jurídicas

1.4.4 Lei

1.5 DAS NORMAS JURÍDICAS (DOGMÁTICA) (Continuação)

1.5.1 Costumes

1.5.2 Jurisprudência

1.5.3 Doutrina

1.5.4 Princípios

1.5.5 Equidade

1.5.6 Estrutura e validade das normas jurídicas

1.6 INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS (HERMENÊUTICA JURÍDICA)

1.6.1 Escolas Hermenêuticas

1.6.2 Elementos/Métodos de Interpretação do Direito

1.6.3 Integração e Lacunas no Direito

1.7 A HISTÓRIA DO DIREITO (HISTORIOGRAFIA JURÍDICA).

1.7.1 Direito na Antiguidade (Mesopotâmia, Egito, Grécia, Direito Hebraico)

1.7.2 Direito Romano

1.7.3 Direito na Idade Média

1.7.3 Direito na Idade Moderna e Contemporânea

Bibliografia:

VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. 26. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais,



2005.

DIMOULIS, Dimitri. Manual de introdução ao estudo do direito. 7. ed. São Paulo: Revista dos

Tribunais, 2016.

ALBERGARIA, Bruno. Histórias do direito brasileiro. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALTAVILA, Jayme. Origem dos direitos dos povos. 7. ed. São Paulo: Ícone, 1989.

ANDRADE, Christiano José de. O problema dos métodos da interpretação jurídica. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992.

ARRUDA, Roberto Thomas. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: Lend, 1987.

AZEVEDO, Luiz Carlos. Introdução à história do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao direito: lições de propedêutica, jurídica tridimensional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BITTAR, Eduardo C. B. História do direito brasileiro. São Paulo: Atlas, 2010.

COULANGES, Fustel. A cidade antiga. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 48. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. 26. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROBERTO, Giordano Bruno Doares. Introdução à história do direito privado e da codificação. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

TELLES JÚNIOR, Goffredo. Iniciação na ciência do direito. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS E METODOLÓGICOS DO DIREITO

1. Interdisciplinaridade: A relação entre a Psicologia Jurídica e diversas áreas afins: Medicina Forense;

História; Filosofia; Sociologia; Criminologia; Psicologia. Psicologia aplicada ao Direito. Desenvolvimento histórico da Psicologia Jurídica. O papel da Psicologia Jurídica no Direito Brasileiro. Relação entre Ética, Moral, Bons Costumes, Bom-Senso, Senso Crítico, Senso Comum, Consciência, Conhecimento Empírico.

2. O papel do psicólogo forense e suas áreas de atuação. Descrição dos processos mentais e comportamentais. Como elaborar um laudo psicológico. Análise e elaboração de entrevistas, desenhos e diálogos que visam à perícia e ao diagnóstico de um distúrbio comportamental. Violência doméstica e abuso sexual. O estudo da personalidade psicopata. As doenças da mente mais comuns no Brasil e no mundo: Esquizofrenia, Depressão e Ansiedade. Psicopatia e Criminalidade. Autópsia. Distúrbios de Bipolaridade. Análise do suicídio e suas consequências para o mundo jurídico.



3. Apresentação da ciência; espécies de conhecimento, problema de pesquisa, espécies de métodos de pesquisa, pesquisa, técnicas de pesquisa e levantamento de hipóteses.
4. Projeto de pesquisa; todas as suas partes: folha de rosto, introdução, tema de delimitação do problema, justificativas, objetivos (gerais e específicos), metodologia, cronograma de execução, sumário provisório de pesquisa e referências. Formatação com a utilização das normas da ABNT.

Bibliografia:

DIAZ, CLEMENTE E MIGUEL, MANUEL. Fundamentos da psicologia jurídica. São Paulo, Pirâmide, 2011.

MONTALVÃO, BERNARDO. Noções gerais de Direito e formação humanística. São Paulo, Juspodium, 2019.

PEREIRA, MAURÍCIO GOMES. Dez passos para produzir um artigo científico de sucesso.

_____. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2011. 383 p.

Guia de normas e regras da ABNT.

DIAZ, CLEMENTE E MIGUEL, MANUEL. Fundamentos da psicologia jurídica. São Paulo, Pirâmide, 2011.

MONTALVÃO, BERNARDO. Noções gerais de Direito e formação humanística. São Paulo, Juspodium, 2019.

PEREIRA, MAURÍCIO GOMES. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2011.

LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

1. COMUNICAÇÃO JURÍDICA; LÉXICO E VOCABULÁRIO JURÍDICO; A ESTRUTURA FRÁSICA NA LINGUAGEM JURÍDICA; ESTILÍSTICA JURÍDICA; A PROCURAÇÃO AD JUDICIA.
2. ENUNCIÇÃO E DISCURSO JURÍDICO; COESÃO, COERÊNCIA, CLAREZA, CONCISÃO E ORDEM; A REDAÇÃO JURÍDICA; ASPECTOS LINGÜÍSTICOS E ESTRUTURAIS DA PETIÇÃO INICIAL.
3. A RESPOSTA DO RÉU; A LINGUAGEM DA SENTENÇA; A LINGUAGEM NOS RECURSOS E NAS PEÇAS JURÍDICAS; FIGURAS E VÍCIOS DE LINGUAGEM.
4. O VERBO JURÍDICO; BROCARDOS E LOCUÇÕES LATINAS; ABREVIATURAS E SIGLAS JURÍDICAS; LEMBRETES GRAMATICAIIS.

Bibliografia:

DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, A,. Curso de português jurídico. 13. ed., São Paulo: Atlas, 2018. HENRIQUES, A. MARIA MARGARIDA, A. de. Dicionário de verbos jurídicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA. 5. ed. São Paulo: Global, 2009.

TEORIA DO PROCESSO E FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

1. A sociedade e o Direito.
2. O direito como ciência
3. Conceito de Direito
4. Direito Natural e Direito Positivo



5. Direito Público e Direito Privado
 6. Direito Objetivo e Direito Subjetivo
 7. Divisão do Direito Público e Privado
 8. O direito como norma-dogmática jurídica 9. Conceito de Lei e Norma Jurídica
 10. Fontes do Direito Processual.
 11. Propedêutica processual: bem, utilidade, interesse, pretensão, resistência e lide.
 12. Formas de resolução dos conflitos: autotutela, autocomposição, arbitragem, negociação, mediação, conciliação e processo. (SISTEMA MULTIPORTAS).
 13. Lei de Mediação nº 13.140 de 26 de junho de 2015,
 14. Relação jurídica ou relação jurídica de direito material: sujeitos e bens.
 15. Direito material e direito processual: civil, penal e trabalhista.
 16. Teoria geral do processo
 - 15.1 Teoria do Processo Civil
 - 15.2 Teoria do processo penal.
 - 15.3 Autonomia da teoria geral do processo.
 - 15.4 Autonomia e unidade do direito processual.
 17. Sanções civis e penais.
 18. Princípios informativos do processo.
 19. Princípios gerais de direito processual e constitucional:
 - 19.1 Princípio da ação. Princípio da inércia da jurisdição. Princípio da demanda. Princípio da iniciativa das partes.
 - 19.2 Princípio do juiz natural ou constitucional. Princípio da investidura.
 - 19.3 Princípio da imparcialidade do juiz.
 - 19.4 Princípio da isonomia processual. Princípio da igualdade processual.
 - 19.5 Princípio da inafastabilidade da jurisdição.
 - 19.6 Princípio da legalidade.
 - 19.7 Princípio do contraditório e da ampla defesa.
 - 19.8 Princípio da publicidade dos atos processuais.
 - 19.9 Princípio da economia processual.
 - 19.10 Princípio da preclusão ou da eventualidade.
 - 19.11 Princípio da persuasão racional ou livre convencimento motivado
 - 19.12 Princípio dispositivo ou ônus da prova.
 - 19.13 Princípio da verdade formal.
 - 19.14 Princípio da verdade real.
 - 19.15 Princípio da lealdade processual ou boa-fé.
 - 19.16 Princípio do impulso oficial.
 - 19.17 Princípio da oralidade.
 - 19.18 Princípio do duplo grau de jurisdição ou recorribilidade.
 - 19.19 Princípio da sucumbência.
 - 19.20 Princípio da identidade física do juiz (aplicado no processo penal)
 - 19.21 Princípio da motivação das decisões judiciais.
 - 19.22 Princípio da eficiência.
 - 19.23 Princípio da razoabilidade.
 - 19.24 Princípio da proporcionalidade.
 - 19.25 Princípio da dignidade da pessoa humana.
 - 19.26 Princípio do devido processo legal (due process of law).
- OBSERVAÇÃO: outros princípios serão acrescentados durante o ano letivo.



20. Direito processual constitucional.
- 20.1 Tutela constitucional do processo.
- 20.2 Acesso à justiça e garantias da ação e da defesa.
- 20.3 As garantias do devido processo legal.
- 20.4 Noções dos direitos e garantias fundamentais do cidadão.
- 20.5 Disposições constitucionais processuais.
21. Lei processual. Conceito. Natureza. Lei processual no tempo. Lei processual no espaço. Lei material e lei processual. Leis processuais: civis, penais e trabalhistas.
22. Jurisdição.
- 22.1 Funções básicas do estado.
- 22.2 Conceito de jurisdição.
- 22.3 Tutelas jurisdicionais: conhecimento, execução.
- 22.4 Poderes ou elementos da jurisdição.
- 22.5 Princípios fundamentais da jurisdição.
- 22.6 Jurisdição civil, penal e trabalhista.
- 22.7 Estrutura do Poder Judiciário.
- 22.8 Funções essenciais à justiça na Constituição Federal:
- 22.9 Do Ministério Público arts. 127 a 130-A.
- 22.10 Da Advocacia Pública arts. 131 e 132.
- 22.11 Da Advocacia art. 133
- 22.12 Da Defensoria Pública arts. 134 a 135.
23. Competência. Noções. Conceito.
- 23.1 Critérios determinativos da competência.
- 23.2 Competência absoluta e relativa.
- 23.3 Prorrogação da competência. Prevenção. Perpetuação da jurisdição.
- 23.4 Competência civil, penal e trabalhista.
24. Da ação.
- 24.1 Trilogia estrutural do direito processual (ação, jurisdição e processo).
- 24.2 Conceito. Teorias. Natureza jurídica. 24.3 Elementos da ação. (petição inicial)
- 24.4 Condições da ação.
- 24.5 Classificação da ação.
25. Da ação penal. Conceito. Classificação. Inquérito policial.
- 25.1 Ação penal pública. Denúncia. Representação.
- 25.2 Ação penal privada. Queixa-crime.
26. Processo Penal. Conceito. Sistemas: inquisitório, acusatório.
27. Princípios gerais do processo penal.
- 27.1 Princípio da legalidade ou obrigatoriedade.
- 27.2 Princípio da indisponibilidade.
- 27.3 Princípio da disponibilidade ou oportunidade.
- 27.4 Princípio da oficialidade.
- 27.5 Princípio da iniciativa das partes no processo penal.
- 27.6 Princípio do “favor rei” ou “favor libertatis”
- 27.7 Princípio da presunção da inocência ou estado de inocência.
- 27.8 Princípio da intranscendência.
- 27.9 Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas.
- 27.10 Princípio da íntima convicção (Júri).



27.11 Princípio do promotor natural.

27.12 Princípio da reserva legal ou da anterioridade da lei penal.

27.13 Princípio da não-autoincriminação Direito de permanecer calado e de ser informado dos seus direitos

27.14 Noções básicas dos remédios jurídicos: habeas corpus; mandado de segurança; ação popular; mandado de injunção; habeas data e direito de petição. 30. Processo e Procedimento

30.1 Conceitos e distinção.

30.2 Tipos do processo.(conhecimento, execução)

30.3 Sujeitos do processo.

30.4 Relação jurídica processual. Teorias.

30.5 Pressupostos processuais de existência e validade da relação processual.

30.6 Espécies de procedimento: ordinário e sumário.

FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS:

Negociação; Conciliação e Mediação.

31. PARTE GERAL DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 (ARTS. 1º AO 184).

LIVRO I – DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

Título Único – Das Normas Fundamentais e da Aplicação das Normas Processuais.

Das Normas Fundamentais do Processo Civil – arts. 1º a 12.

Da aplicação das Normas Processuais – arts. 13 a 15.

DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

Da Jurisdição e da Ação – arts. 16 a 20.

Dos limites da Jurisdição Nacional – arts. 21 a 25 DOS SUJEITOS DO PROCESSO.

Das Partes e dos Procuradores.

Da Capacidade Processual – arts. 70 a 76.

Dos Deveres das Partes e de seus Procuradores.

Dos Deveres –arts. 77 a 78.

Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual – arts. 79 a 81.

Das Despesas dos Honorários Advocatícios e das Multas – arts. 82 a 97.

Da Gratuidade da Justiça – arts. 98 a 102.

Dos Procuradores – arts.103 a 107.

Da Sucessão das Partes e dos Procuradores – arts. 108 a 112.

DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Dos Poderes, dos Deveres e da Responsabilidade do Juiz arts. 139 a 143.

Dos Impedimentos e da Suspeição – arts. 144 a 148.

Dos Auxiliares da Justiça – arts. 149.

Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça – arts 150 a 155.

Do Perito – arts. 156 a 158.

Do Depositário e do Administrador – arts. 159 a 161.

Do Intérprete e do Tradutor – arts. 162 a 164.

Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais arts. 165 a 175.

DO MINISTÉRIO PÚBLICO – arts. 176 a 181.

DA ADVOCACIA PÚBLICA – arts. 182 a 184.

DA DEFENSORIA PÚBLICA – arts. 185 a 187.

Bibliografia:



1. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Gustavo Filipe Barbosa Garcia. Editora Juspodivm. Ed. 2021
2. TEORIA GERAL DO PROCESSO. José Eduardo Carreira Alvim. Ed. 2021. Editora Forense.
3. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Sérgio Pinto Martins. Editora Saraiva. Edição 2021.
4. TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL. Luiz Fux. Edição 2019. Editora Forense.
5. MANUAL DE MEDIAÇÃO-GUIA PRÁTICO DA AUTOCOMPOSIÇÃO. Antonio Carlos Ozório Nunes. Revista do Tribunais.
6. MEDIAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA. Ricardo Goretti. Ed. 2019 Editora Juspodivm.
7. ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO. Marco Antônio Ribeiro Tura. Ed.2019. Editora juspodivm.
8. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Dierle Nunes/Alexandre Bahia/ Flávio Quinaud Pedron. Ed. 2020. Editora Juspodivm.
9. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Rennan Thamay. Edição 2020. Editora Saraiva.
10. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Horácio Wanderlei Rodrigues/ Eduardo de Avelar Lamy. Editora Atlas.
11. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Rodolfo de Camargo Mancuso. Editora Forense. Edição 2018
12. MEDIAÇÃO DE CONFLITOS PARA INICIANTE, PRATICANTES E DOCENTES. Tania Almeida/Samantha Pelajo/ Eva Jonathan. Ed.2019. Editora Juspodivm.
13. SISTEMA MULTIPORTAS-A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO NOS CARTÓRIOS. Martha El Debs/ Renata El Debs/Thiago Silveira. Ed. 2020. Editora Juspodivm.
14. LEI DE MEDIAÇÃO Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015.
15. NOVO CPC SINTETIZADO E RESUMIDO. Costa Machado. Editora Atlas.
16. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Cleyson de Moraes Mello. Editora Processo.
17. DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO. Vicente Greco Filho. Ed. 2019. Editora Tirant.
18. LIÇÕES DE TEORIA GERAL DO PROCESSO. Maria da Glória Colucci. Editora Juruá.
19. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Manuel Galdino da Paixão Júnior. Editora Del Rey. Edição 2006.
20. TEORIA GERAL DO PROCESSO. James Goldschmidt. Editora Minelli. 2002.
21. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Marcus Orione G. Correia. Editora Saraiva. 2010.
22. TEORIA GERAL DO PROCESSO. José Milton da Silva. Editora Forense. 2008.
23. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Jônatas Luiz Moreira de Paula. Editora Manole. Edição 2006.
24. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Paulo Roberto de Gouvêa Medina. Editora Juspodivm. Edição 2019.
25. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Ada Pellegrini Grinover. Editora Malheiros. 2015.



26. TEORIA GERAL DO PROCESSO – EM CONFORMIDADE COM O NOVO CPC. José Maria Rosa Tesheiner e Renan Faria Kruger Thamay. Editora Gen/Forense. 2015.
27. TEORIA GERAL DO PROCESSO. José de Albuquerque Rocha. Editora Atlas. 7. edição 2012.
28. TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL. Fábio Gomes. Editora Revista do Tribunais. Edição 2006.
29. CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL. TEORIA GERAL DO PROCESSO. Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini. Volume 1. Editora Revista dos Tribunais. 2016.
30. TEORIA GERAL DO PROCESSO PENAL. Sérgio Luiz de Souza Araújo. Editora Mandamentos.
31. TEORIA GERAL DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO – SINOPSES JURÍDICAS 11. Carlos E.F. Barroso. Editora Saraiva. 2010.
32. TEORIA GERAL DO PROCESSO: CIVIL-PENAL-TRABALHISTA. Roberto Moreira de Almeida. Série Concursos Públicos. Editora Método 2014.
33. INTRODUÇÃO A TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL. Paulo César Conrado. Editora Max Limonad.
34. ESQUEMA DA TEORIA GERAL DO PROCESSO. Hortêncio Catunda de Medeiros. Editora Renovar. Edição 2003.
35. FUNDAMENTOS DE TEORIA GERAL DO DIREITO E DO PROCESSO. Maria da Glória Colucci. Edição 2007.
36. PROCESSO CIVIL – VOL. I – TEORIA GERAL DO PROCESSO CIVIL. Iberê de Castro Dias. Editora Millennium.
37. QUESTÕES IMPORTANTES DE PROCESSO CIVIL – TEORIA GERAL DO PROCESSO. Sérgio R. de Arruda Fernandes. Editora DP&A.. Edição 2002.
38. CURSO BÁSICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – VOL. I – TEORIA GERAL. Nelson Godoy Bassil Dower. Edição 2000. Editora Nelpa.
39. PRIMEIRAS LINHAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Moacyr Amaral Santos. Editora Saraiva. Edição 2012.
40. CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL – VOL. I – TEORIA GERAL DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO. Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini. 15ª Edição. 2015. Revista dos Tribunais.
41. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – VOL. I – TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSO DE CONHECIMENTO. Humberto Theodoro Júnior. Edição 2012.
42. CURSO DE PROCESSO CIVIL – VOL. I – PROCESSO DE CONHECIMENTO. Ovídio A. Batista da Silva. Editora RT.
43. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL VOL. I – Eduardo Arruda Alvim. Editora RT.
44. TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL – A LIDE E SUA RESOLUÇÃO. Djanira Maria Radamés de Sá. Editora Saraiva. Edição 1999.
45. DIREITO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO. Vicente Greco Filho. Volume I. Editora Saraiva. 2011.
46. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Nelson Nery Júnior. Editora RT.
47. ELEMENTOS PARA UMA TEORIA GERAL DO PROCESSO. José Maria Rosa Tesheiner. Editora Saraiva. Edição 2002.



48. CURSO DIDÁTICO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Elpídio Donizetti Nunes. Editora Del Rey. Edição 2010.
49. CURSO DE PROCESSO PENAL. Fernando Capez. Editora Saraiva.
50. TEORIA GERAL DO PROCESSO E A EXECUÇÃO TRABALHISTA. Cláudio Armando Couce Menezes. Editora LTR.
51. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
52. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
53. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.
54. TEORIA GERAL DO PROCESSO (CONCRETA-OBJETIVA-ATUAL). Arno Melo Schlichting. LIVROS 1 e 2. Editora Momento Atual.
55. A INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO. Cândido Rangel Dinamarco. Editora Malheiros.
56. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. Athos de Gusmão Carneiro. Editora Saraiva.
57. NOVO CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Marcus Vinicius Rios Gonçalves. Volumes 1 e 2. Editora Saraiva.
58. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Pinto Ferreira. Editora Saraiva.
59. LIÇÕES DE TEORIA GERAL DO PROCESSO. José M. Pinto de Almeida. Editora Juruá.
60. CURSO DE PROCESSO PENAL. Hélio Tornaghi. Saraiva.
61. CURSO DE PROCESSO PENAL COMENTADO. Fernando da Costa Tourinho Filho. Volumes 1 e 2. Editora Saraiva.
62. INSTITUIÇÕES DE PROCESSO PENAL. Joaquim Cabral Neto. Editora Del Rey.
63. CURSO COMPLETO DE PROCESSO PENAL. Paulo Lúcio Nogueira. Editora Saraiva.
64. PACOTE ANTICRIME. COMENTÁRIOS E ALTERAÇÕES NO CP, CPP E LEP. LEI Nº 13.964/2019. Rogério Sanches Cunha. Editora Juspodivm.
65. CURSO COMPLETO DE PROCESSO CIVIL. Paulo Lúcio Nogueira. Editora Saraiva.
66. TEORIA GERAL DO DIREITO. Luiz Otávio de Oliveira Amaral. Editora Forense.
67. TEORIA GERAL DO DIREITO. Norberto Bobbio. Editora Martins Fontes.
68. TEORIA GERAL DO DIREITO. Francesco Carnelutti. Editora Lejus.
69. INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. Sérgio Pinto Martins. Editora Atlas. Edição 2012.
70. MANUAL DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. Max & Edis. Editora Revista dos Tribunais.
71. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Antonio Pereira Gaio Júnior. Volumes I e II. Editora Del Rey.
72. PROCESSO CIVIL. Luiz Guilherme da Costa Wagner Júnior. Editora Del Rey.
73. TEORIA GERAL DO PROCESSO-COMENTÁRIOS AO CPC DE 2015. PARTE GERAL Fernando da Fonseca Gajardoni. Editora Método/Gen.2015.
74. MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Gustavo Filipe Barbosa Garcia. Editora juspodivm. Edição 2019.
75. PROCESSO CIVIL. Maurício Ferreira Cunha/Luciano Alves Rossato. Editora Juspodivm. Edição 2019.
76. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Fredie Didier Jr. Volume 1. Edição 2019. Editora Juspodivm.



77. COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Lenio Luiz Streck/Dierle Nunes/Leonardo Carneiro Cunha. Edição 2017. Editora Saraiva.
78. MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Daniel Amorim Assumpção Neves. Volume Único. Edição 2018. Editora Juspodivm.
79. PROCESSO CIVIL. Rinaldo Mouzalas/ João Otávio Terceiro Neto/ Eduardo Madruga. Volume Único. Edição 2017. Editora Juspodivm.
80. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PARA CONCURSOS. Rodrigo da Cunha Lima Freire/ Maurício Ferreira da Cunha. Edição 2019. Editora Juspodivm.
81. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL Marcus Vinícius Rios Gonçalves. Volume 1. Edição 2019. Editora Saraiva.
82. MANUAL DE PROCESSO CIVIL- COM O OBJETIVO PRÁTICO. Volume 1. Parte Geral. J.E.Carreira Alvim. Edição 2018. Juruá Editora.
83. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANOTADO. Fredie Didier Jr./Ravi Peixoto. Editora Juspodivm.
84. MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. Fernando Augusto de Vita Borges de Sales. Editora Rideel.
85. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO. Rodolfo Kronenberg Hartmann. Edição 2018. Editora Impetus.
86. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO. Nelson Nery Júnior/ Rosa Maria de Andrade Nery. Editora Revista dos Tribunais.
87. PROCESSO CIVIL- RESUMOS PARA CONCURSO. Volume 7. Murilo Teixeira Avelino. Editora Juspodivm.
88. FUNDAMENTOS PRINCIPOLÓGICOS DO PROCESSO CIVIL. José Cretella Neto. Revista dos Tribunais.
89. PROCESSO CIVIL-COLEÇÃO DESCOMPLICANDO. Sabrina Dourado. Editora juspodivm.
90. MANUAL BÁSICO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Volume 1. Paulo Bandeira. Editora Pillares.
91. NOVO CPC COMPARADO. Luiz Fux/ Daniel Amorim Assumpção Neves. Editora Método.
92. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COMENTADO. Luiz Guilherme Marioni/Sergio Cruz Arenhart/Daniel Mitidiero. Revista dos Tribunais.
93. DIÁLOGOS SOBRE O CPC. Mozart Borba. Editora Juspodivm. Edição 2020.
94. NOVO CPC COMENTADO ARTIGO POR ARTIGO. Fernando Augusto De Vita Borges de Sales. Editora Rideel. Ed. 2017.
95. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL-ANOTADO E INTERPRETADO CONFORME A DOUTRINA E A JURISPRUDÊNCIA. Fernando Augusto de Vita Borges de Sales. Editora Rideel. Edição 2018.

DIREITO CIVIL I (PARTE GERAL)

- 1) LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO (LINDB): a) VIGÊNCIA E EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS;
b) CONFLITO DE LEIS
- i) No tempo; ii) No espaço.
- c) CRITÉRIOS HERMENÊUTICOS;
- d) CRITÉRIOS DE INTEGRAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO. 2) PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL a) DAS PESSOAS



- i) Das Pessoas Naturais
 - (1) Da Personalidade e da Capacidade (artigos 1 a 10) (a) Personalidade e o início e o fim da vida.
 - (2) Dos Direitos da Personalidade (artigos 11 a 21)
 - (3) Da Ausência
 - (a) Da Curadoria dos Bens do Ausente
 - (b) Da Sucessão Provisória
 - (c) Da Sucessão Definitiva (artigos 22 a 39) ii) Das Pessoas Jurídicas
 - (1) Disposições Gerais (artigos 40 a 52)
 - (2) Das Associações (artigos 53 a 61) (3) Das Fundações (artigos 62 a 69) iii) Do Domicílio das Pessoas Físicas e Jurídicas (artigos 70 a 78)
- b) DOS BENS
 - i) Das Diferentes Classes de Bens (1) Dos Bens Considerados em Si Mesmos
 - (a) Dos Bens Imóveis
 - (b) Dos Bens Móveis
 - (c) Dos Bens Fungíveis e Consumíveis
 - (d) Dos Bens Divisíveis
 - (e) Dos Bens Singulares e Coletivos (artigos 79 a 91)
 - (2) Dos Bens Reciprocamente Considerados (artigos 92 a 97) (3) Dos Bens Públicos (artigos 98 a 103)
- c) DOS FATOS JURÍDICOS
 - i) Teoria Geral do Fato Jurídico (1) Suporte fático e Juridicização (2) Fato, Ato-fato e Ato jurídico ii) Do Negócio Jurídico
 - (1) Planos de Existência, Validade e Eficácia



2º ANO

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Direito Constitucional – Objeto e Método.
2. Constituição: origem, evolução histórica e conceitos.
3. Poder Constituinte: espécies, formas de atuação e limites.
4. Classificação das Constituições.
 - (2) Disposições Gerais (artigos 104 a 114)
 - (3) Da Representação (artigos 115 a 120)
 - (4) Da Condição, do Termo e do Encargo (artigos 121 a 137)
 - (5) Dos Defeitos do Negócio Jurídico
 - (a) Do Erro ou Ignorância
 - (b) Do Dolo
 - (c) Da Coação
 - (d) Do Estado de Perigo
 - (e) Da Lesão
 - (f) Da Fraude Contra Credores (artigos 138 a 165)
 - (6) Da Invalidade do Negócio Jurídico (artigos 166 a 184) iii) Dos Atos Jurídicos Lícitos (artigo 185) iv) Dos Atos Ilícitos (artigos 186 a 188) d) DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA
 - i) Da Prescrição
 - (1) Disposições Gerais
 - (2) Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição
 - (3) Das Causas que Interrompem a Prescrição (4) Dos Prazos da Prescrição (artigos 189 a 206) ii) Da Decadência (artigos 207 a 211)

Bibliografia:

FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil. Parte Geral e LINDB. 16.ed. Salvador: JusPodivm, 2018. v.1.
GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. Parte Geral. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1.



GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. Parte Geral. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2018. v.1.

5. Supremacia Constitucional e fenômenos normativos: recepção e reprivatização.
6. Classificação das normas Constitucionais.
7. Interpretação e Aplicação das Normas Constitucionais. Princípios de interpretação Constitucional.
8. Controle de Constitucionalidade: Espécies de inconstitucionalidade; órgãos controladores; Controle jurisdicional de constitucionalidade; modos difuso e concentrado; Ação Direta de Inconstitucionalidade, Ação Declaratória de Constitucionalidade; Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.
9. Princípios Fundamentais na CF/88: normatividade dos princípios; Estado Democrático de Direito; Dignidade da pessoa humana; Objetivos fundamentais do Estado;
10. Direitos Humanos: origem; evolução histórica; Direitos humanos e Direitos Fundamentais.
11. Inviolabilidade do Direito à Vida: Teorias sobre o início da vida humana; Pesquisas com células embrionárias; Aborto; Pena de morte; Eutanásia e ortotanásia.
12. Isonomia Jurídica: Igualdade material e formal; Combate ao preconceito e discriminação; Ações Afirmativas.
13. Liberdades Públicas: Liberdade de crença e de exercício de culto religioso;
14. Liberdade de manifestação de pensamento e de expressão;
15. Inviolabilidade da esfera individual: intimidade, privacidade, honra e imagem; Inviolabilidade do domicílio; Inviolabilidade dos sigilos.
16. Garantias Processuais: devido processo legal, contraditório e ampla defesa, presunção de inocência, inadmissibilidade de provas ilícitas.
17. Nacionalidade: originária e adquirida; critérios territorial e sanguíneo; brasileiros natos e naturalizados; perda de nacionalidade brasileira.
18. Direitos Políticos: democracia direta e indireta; capacidade eleitoral ativa e passiva; causas de inelegibilidade; perda e suspensão de direitos políticos.
19. Organização dos Poderes: Mecanismos de freios e contrapesos.
20. Poder Legislativo: organização; composição; prerrogativas e impedimentos dos cargos.
21. Processo Legislativo: Emenda Constitucional; Lei Ordinária, Lei Complementar; Medida Provisória.
22. Funções do Poder Legislativo: Comissões Parlamentares de Inquérito.
23. Poder Executivo: organização; eleição; funções; responsabilidade.
24. Poder Judiciário: organização; composição dos Tribunais; garantias dos membros.
25. Reforma do Poder Judiciário: Conselho Nacional de Justiça; Súmula Vinculante.
26. Estrutura Político-Administrativa do Estado brasileiro: Modelo Federativo.
27. Autonomia dos entes da Federação: União, Estados, Municípios e o Distrito Federal.
28. Divisão de competências entre os entes da federação.

Bibliografia:

BARROSO, Luis Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. São Paulo: Saraiva.

MENDES, Gilmar Ferreira e outros. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.



SARLET, Ingo Wolfgang, MARINONI, Luiz Guilherme, MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

1. INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL
 - 1.1. Noções fundamentais do Processo Civil
 - 1.2. Fases principais do rito comum 1.3. Teia judiciária brasileira
 - 1.4. Da competência: noções gerais
 - 1.5. Da competência material
 - 1.6. Da competência territorial
 - 1.7. Da modificação da competência
 - 1.8. Da incompetência
2. PARTES E ATOS PROCESSUAIS
 - 2.1. Litisconsórcio
 - 2.2. Intervenção de terceiros
 - 2.3. Atos processuais
 - 2.4. Prática eletrônica dos atos processuais
 - 2.5. Dos prazos
 - 2.6. Comunicação dos atos processuais
 - 2.7. Das nulidades ou invalidades
 - 2.8. Do valor da causa
 - 2.9. Tutelas provisórias
3. DO PROCEDIMENTO
 - 3.1. Formação suspensão e extinção do processo
 - 3.2. Procedimento comum
 - 3.3. Petição inicial
 - 3.4. Indeferimento da petição inicial
 - 3.5. Improcedência liminar do pedido
 - 3.6. Audiência preliminar de conciliação ou mediação
 - 3.7. Contestação e revelia
 - 3.8. Reconvenção
 - 3.9. Fase do saneamento do processo
4. FASES INSTRUTÓRIA E DECISÓRIA DO PROCESSO CIVIL
 - 4.1. Audiência de instrução e julgamento
 - 4.2. Das provas: noções gerais
 - 4.3. Depoimento pessoal e confissão
 - 4.4. Exibição de documento ou coisa
 - 4.5. Prova documental
 - 4.6. Prova testemunhal
 - 4.7. Prova pericial
 - 4.8. Inspeção judicial
 - 4.9. Sentença e coisa julgada

Bibliografia:

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense.



DIDIER JR, Fredie. Curso de direito processual civil. Vol. 1 e 2. Salvador: Editora Juspodium.

WAMBIER. Luiz Rodrigues (coord.). Curso avançado de processo civil. Vol. 1 e 2. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIREITO PENAL I

- 1 Introdução
 - 1.1 Direito Penal: histórico, doutrinas penais
 - 1.2 Escolas e tendências
 - 1.3 Conceito de Direito Penal
 - 1.4 Denominação
 - 1.5 Definição
 - 1.6 Caracteres
 - 1.7 Direito Penal no Brasil
 - 1.8 Conteúdo. Relação com outras ciências
 - 1.9 Fontes do Direito Penal.
 - 1.10 Fonte de produção
 - 1.11 Fonte de conhecimento
 - 1.12 A lei: fonte formal imediata
 - 1.13 Técnica legislativa do Direito Penal
 - 1.14 Lacunas
- 2 Da aplicação da Lei Penal
 - 2.1 Interpretação quanto ao sujeito, aos meios e ao resultado
 - 2.2 Critérios de aplicação da interpretação extensiva e restritiva
 - 2.3 O princípio "in dubio pro reo"
 - 2.4 Interpretação progressiva
 - 2.5 Interpretação analógica
 - 2.6 Analogia
 - 2.7 "in malam partem"
 - 2.8 "in bonam partem"
- 3 Princípios e teorias da Lei Penal
 - 3.1 O princípio da legalidade
 - 3.2 A lei penal no tempo
 - 3.3 Irretroatividade da lei penal
 - 3.4 Retroatividade benéfica
 - 3.5 Lei excepcional ou temporária
 - 3.6 Ultra-atividade da lei penal
 - 3.7 A norma penal em branco
 - 3.8 A lei penal no tempo
 - 3.9 A lei penal no espaço
 - 3.10 Conflito aparente de normas
 - 3.11 Lugar do crime. Extraterritorialidade
 - 3.12 Lei penal em relação às pessoas
 - 3.13 Eficácia da sentença penal estrangeira
 - 3.14 Contagem de prazo. Frações não computáveis da pena
 - 3.15 Legislação especial.
- 4 Do fato típico
 - 4.1 Noção geral do crime. Conceito



- 4.2 Conduta
- 4.3 Tipicidade
- 4.4 Antijuridicidade
- 4.5 Culpabilidade
- 4.6 Divisão dos crimes: quanto à gravidade e à forma de ação
- 4.7 Sujeitos do delito
- 4.8 Objetos do delito
- 4.9 Posicionamento da pessoa jurídica como sujeito ativo e passivo
- 5 Da conduta
- 5.1 Conceito
- 5.2 Características
- 5.3 Elementos
- 5.4 Ausência de conduta
- 5.5 Teorias da ação
- 5.6 Formas de conduta
- 5.7 Conduta comissiva
- 5.8 Conduta omissiva
- 5.9 Caso fortuito e força maior
- 6 Da relação de causalidade
- 6.1 Considerações
- 6.2 Teoria de equivalência dos antecedentes causais
- 6.3 Causalidade da omissão
- 6.4 Superveniência causal
- 6.5 Teoria da imputação objetiva
- 7 Do resultado
- 7.1 Conceito
- 7.2 Teorias
- 7.3 Crime sem resultado (controvérsias) 7.4 Unidade e pluralidade de resultados
- 8 Teoria do tipo
- 8.1 Conceito
- 8.2 Formas da adequação típica
- 8.3 Elementos objetivos do tipo
- 8.4 Elementos normativos do tipo
- 8.5 Elementos subjetivos do tipo (do injusto)
- 9 Do tipo do crime doloso
- 9.1 Conceito, natureza e elementos do dolo
- 9.2 Teorias do dolo
- 9.3 Teoria da vontade
- 9.4 Teoria da representação
- 9.5 Teoria do assentimento
- 9.6 Espécies de dolo
- 9.7 Dolo direto e indireto
- 9.8 Dolo de dano e de perigo
- 9.9 Dolo genérico e específico
- 9.10 Dolo normativo e dolo natural
- 9.11 Dolo geral
- 10 Do tipo do crime culposos



- 10.1 Conceito de culpa. Estrutura
- 10.2 Previsibilidade objetiva
- 10.3 Elementos do fato típico culposo
- 10.4 Imprudência, negligência e imperícia
- 10.5 Espécies de culpa
- 10.6 Culpa consciente e culpa inconsciente
- 10.7 Culpa própria e imprópria
- 10.8 Culpa indireta
- 10.9 Graus de culpa
- 10.10 Compensação e concorrências de culpas.
- 10.11 Excepcionalidade do crime culposo.
- 11 Do crime preterdoloso
- 11.1 Do crime preterintencional ou preterdoloso
- 11.2 Nexo subjetivo e normativo
- 12 Do crime consumado
- 12.1 Conceito de crime consumado
- 12.2 Crime exaurido
- 12.3 Momento consumativo segundo a natureza do crime
- 12.4 Iter criminis
- 12.5 Distinção entre atos preparatórios e executórios
- 13 Do crime tentado
- 13.1 Conceito
- 13.2 Natureza jurídica
- 13.3 Elementos
- 13.4 Formas de tentativa
- 13.4.1 Tentativa perfeita e imperfeita
- 13.5 Infrações que não admitem tentativa
- 13.6 Punibilidade da tentativa
- 13.7 Desistência voluntária
- 13.8 Arrependimento eficaz
- 13.9 Arrependimento posterior
- 13.10 Crime impossível
- 14 Do erro de tipo
- 14.1 Conceito
- 14.2 Erro sobre elementos do tipo
- 14.3 Erro culposo
- 14.4 Erro provocado por terceiro
- 14.5 Erro sobre a pessoa
- 15 Antijuridicidade e causas de exclusão
- 15.1 Conceito
- 15.2 Formas e caráter da antijuridicidade
- 15.3 Causas de exclusão
- 15.3.1 Requisitos
- 15.3.2 Causas supraleais
- 15.3.3 O excesso nas causas de exclusão
- 16 Do estado de necessidade
- 16.1 Conceito



- 16.2 Requisitos do estado de necessidade
- 16.3 Exclusão do estado de necessidade
- 16.4 Excesso no estado de necessidade
- 16.5 Estado de necessidade putativo
- 16.6 Dever de enfrentar o perigo
- 17 Da legítima defesa
- 17.1 Antecedentes históricos
- 17.2 Conceito e natureza jurídica
- 17.3 Requisitos
- 17.4 Elemento subjetivo da legítima defesa
- 17.5 Excesso
- 17.6 Legítima defesa recíproca
- 17.7 Legítima defesa putativa contra real
- 17.8 Legítima defesa sucessiva
- 17.9 Legítima defesa putativa
- 17.10 Bens e interesses defensáveis por legítima defesa
- 17.11 Provocação e legítima defesa
- 17.12 Legítima defesa preordenada: ofendículos
- 18 Do estrito cumprimento de dever legal e do exercício regular de direito
- 18.1 Estrito cumprimento de dever legal
- 18.2 Exercício regular de direito
- 18.3 Intervenções médico-cirúrgicas e violência esportiva
- 18.4 O consentimento do ofendido
- 19 Da culpabilidade e da exclusão
- 19.1 Conceito
- 19.2 Elementos
- 19.3 Causas de exclusão da culpabilidade
- 19.4 Erro de proibição
- 19.5 Desconhecimento da lei
- 19.6 Erro sobre a ilicitude do fato
- 19.7 Discriminantes putativas
- 19.8 Coação moral irresistível
- 19.9 Obediência hierárquica
- 20 Da imputabilidade
- 20.1 Conceito. Sistemas
- 20.2 Imputabilidade e responsabilidade
- 20.3 Inimputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado
- 20.4 Responsabilidade diminuída
- 20.5 Actio libera in causa
- 20.6 Menoridade penal. Legislação especial
- 20.7 Emoção e paixão
- 20.8 Embriaguez. Conceito. Tipos
- 21 Concurso de pessoas
- 21.1 Concurso de pessoas. Conceitos. Requisitos
- 21.2 Teoria unitária
- 21.3 Co-autoria



- 21.4 Participação
- 21.5 Autoria mediata
- 21.6 Autoria incerta
- 21.7 Co-autoria em crime culposo
- 21.8 Excesso ou deficiência na execução
- 21.9 Desígnio autônomo de um dos participantes
- 22 Das penas
- 22.1 Penas em geral. Conceito. Finalidades. Caracteres
- 22.2 Sistemas penitenciários
- 22.3 Classificação
- 22.4 Penas privativas de liberdade
- 22.4.1 Reclusão e detenção
- 22.4.2 Exame criminológico
- 22.4.3 Regimes. Progressão e regressão
- 22.4.4 Direitos e deveres do preso
- 22.4.5 Trabalho
- 22.4.6 Remissão
- 22.4.7 Detração
- 22.4.8 Superveniência de doença mental
- 22.5 Penas restritivas de direitos. Penas alternativas
- 22.5.1 Prestação de serviços à comunidade
- 22.5.2 Interdição temporária de direitos
- 22.5.3 Limitação de fim de semana
- 22.5.4 Cominação e substituição
- 22.5.5 Conversão
- 22.6 Pena pecuniária
- 22.6.1 Conceito. Características
- 22.6.2 Cominação e aplicação
- 22.6.3 Pagamento da multa
- 22.7 Da aplicação da pena. Fixação
- 22.7.1 Circunstâncias do crime
- 22.7.2 Circunstâncias judiciais
- 22.7.3 Circunstancias agravantes
- 22.7.4 Reincidência
- 22.7.5 Circunstâncias atenuantes
- 22.8 Suspensão condicional da pena
- 22.8.1 Conceito. Natureza. Pressupostos. Espécies
- 22.8.2 Espécies. Condições
- 22.8.3 Período de prova. Efeitos
- 22.8.4 Revogação obrigatória e facultativa
- 22.8.5 Prorrogação do período de prova
- 22.9 Livramento condicional
- 22.9.1 Conceito. Pressupostos objetivos e subjetivos
- 22.9.2 Concessão: condições
- 22.9.3 Revogação obrigatória e facultativa
- 22.9.4 Restauração
- 22.9.5 Prorrogação e extinção



- 23 Reabilitação
- 23.1 Conceito
- 23.2 Natureza jurídica
- 23.3 Cabimento
- 23.4 Consequências
- 24 Medidas de segurança
- 24.1 Medidas de segurança. Conceito. Finalidade
- 24.2 Pressupostos
- 24.3 O sistema de duplo binário. O sistema vicariante ou unitário
- 24.4 Limites. Execução e revogação
- 24.5 Internação
- 24.6 Tratamento ambulatorial
- 25 Concurso de crimes
- 25.1 Concurso material
- 25.2 Concurso formal
- 25.3 Crime continuado
- 26 Efeitos da condenação
- 26.1 Efeitos principais
- 26.2 Efeitos secundários
- 26.2.1 Efeitos penais
- 26.2.2 Efeitos extrapenais
- 27 Causas de extinção da punibilidade
- 27.1 Prescrição
- 27.1.1 Prescrição da pretensão punitiva
- 27.1.2 Prescrição da pretensão executória

Bibliografia:

AMERICANO, Odin Indiano do Brasil. Manual de Direito Penal. Saraiva;
BARROS, Flávio Augusto Monteiro de. Direito penal: parte geral. Saraiva;
BARROS, Francisco Dirceu. Direito Penal: Parte Geral. Impetus;
BITENCOURT, Cezar Roberto. Lições de Direito Penal. Ed. Acadêmica;
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. Saraiva;
BITENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. Saraiva;
BONFIM, Edílson Mougnot e CAPEZ, Fernando. Direito Penal. Saraiva;
BRANDÃO, Cláudio. Curso de Direito Penal: parte geral. Forense;
BRUNO, Aníbal. Direito Penal. Forense;
CAMARGO, Joaquim Augusto de. Direito Penal Brasileiro. RT;
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Saraiva;
CERNICHIARO, Luiz Vicente. Estrutura do Direito Penal. Bushatsky;
CONDE, Francisco Munhoz. Teoria Geral do Delito. Fabris;
COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito Penal: Parte Geral. Forense;
COSTA, Álvaro Mayrink da. Curso de Direito Penal: Parte Geral. GZ Editora;
COSTA JÚNIOR, Paulo José. Direito Penal Objetivo. Forense;
COSTA JUNIOR, Paulo José da. Curso de Direito Penal. Saraiva;
CUNHA, Rogério Sanches. Manual de Direito Penal. Jus Podivm;
FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Forense;
FRANCO, Alberto Silva et. al. Código Penal e sua Interpretação Jurisprudencial. RT;



GARCIA, Basileu. Instituições de Direito Penal. Saraiva;
GOMES, Luiz Flávio. Erro de tipo e erro de proibição. RT;
GOMES, Luiz Flávio. Direito Penal: Parte geral. RT;
GOMES, Luiz Flávio et al. Direito Penal: introdução e princípios fundamentais. RT;
GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: Parte geral. Impetus;
HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal. Saraiva;
JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal. Saraiva;
LOPES, Jair Leonardo. Curso de Direito Penal. RT;
LUIZI, Luiz. O tipo penal, a teoria finalista e a nova leg. penal. Fabris;
MARQUES, José Frederico. Tratado de Direito Penal. Saraiva;
MARTINS, José Salgado. Direito Penal. Saraiva;
MASSON, Cleber Rogério. Direito Penal Esquematizado: parte geral. Método;
MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Atlas;
NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Comentários à L. E. Penal. Saraiva;
NORONHA, Edgard Magalhães. Direito Penal. Saraiva;
NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Penal: Parte Geral. Forense. NUCCI,
Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. RT;
NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. RT;
PACELLI, Eugênio e CALLEGARI, André. Manual de Direito Penal: Parte Geral. Atlas;
PALOTTI JUNIOR, Osvaldo. Direito Penal: parte geral. Atlas;
PEDROSO, Fernando de Almeida. Direito Penal: parte geral. Método;
PIERANGELI, José Henrique e ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Manual de Direito Penal
Brasileiro: parte geral. Revista dos Tribunais;
PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. RT;
REALE JÚNIOR, Miguel. Instituições de Direito Penal: Parte geral. Forense;
REALE JÚNIOR, Miguel. Teoria do Delito. Revista dos Tribunais;
ROCHA, Fernando A. N. Galvão da. Direito Penal: Parte geral. Del Rey;
SILVA, César Dario Mariano da. Manual de Direito Penal: parte geral. Forense;
TAVARES, Juarez. Teoria do injusto penal. Del Rey;
TELES, Ney Moura. Direito Penal. Atlas;
TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos de Direito Penal. Saraiva.

DIREITO CIVIL II (DAS OBRIGAÇÕES)

1. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL
 - 1.1. Topografia no Código Civil: o Direito das Obrigações no contexto da ordem jurídica. Conceito de Direito das Obrigações.
 - 1.2. Acepções da palavra obrigação. Distinção entre obrigação (dever de prestar objetivado), dever jurídico, ônus, situação de sujeição e responsabilidade.
 - 1.3. Conceito de obrigação e relação jurídica obrigacional (elementos constitutivos da relação jurídica obrigacional).
 - 1.4. Distinção entre direitos pessoais e direitos reais.
 - 1.5. Categoria jurídica híbrida: obrigação propter rem
 - 1.6. Fonte de Obrigações. Atos unilaterais como fontes do direito obrigacional.
2. DO SISTEMA FECHADO AO SEMIABERTO E PRINCÍPIOS FUNDANTES
 - 2.1. Do sistema fechado ao semiaberto: cláusulas gerais e conceitos legais indeterminados
3. MODALIDADES DE OBRIGAÇÕES NO CODIGO CIVIL



- 3.1. Obrigação em relação ao vínculo: civil ou perfeita, moral e natural ou imperfeita.
- 3.2. Obrigação quanto ao objeto: obrigação positiva de dar, obrigação positiva de fazer e obrigação negativa de não fazer.
- 3.3. Obrigação concernente ao tempo de execução: obrigação momentânea ou instantânea, obrigação diferida e obrigação de execução continuada ou trato sucessivo.
- 3.4. Obrigação objetivamente plural: obrigação cumulativa, obrigação alternativa, obrigação facultativa.
- 3.5. Obrigação subjetivamente plural: obrigação fracionária ou divisível, obrigação indivisível e obrigação solidária.
- 3.6. Obrigação quanto ao conteúdo: obrigação de meio, obrigação de resultado e obrigação de garantia.
- 3.7. Obrigação quanto à liquidez.
- 3.8. Obrigação relativa ao elemento acidental
- 3.9. Obrigação reciprocamente considerada.
4. DO ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO
- 4.1. Pagamento direto e liberação do devedor.
- 4.2. Pagamento indireto: pagamento em consignação, sub-rogação, dação em pagamento, compensação, confusão e remissão de dívidas.
5. DA TRANSMISSÃO DA OBRIGAÇÃO
- 5.1. Cessão de crédito.
- 5.2. Assunção de dívida.
6. DO INADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO
- 6.1. Inadimplemento absoluto.
- 6.2. Inadimplemento relativo.
- 6.3. Violação positiva do contrato.
- 6.4. Juros.
- 6.5. Cláusula penal.
- 6.6. Arras.
- 6.7. Extinção da obrigação sem pagamento.
7. ESTRUTURA E FUNÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL
- 7.1. Apontamentos históricos da responsabilidade civil.
- 7.2. Princípios da responsabilidade civil.
- 7.3. As funções da responsabilidade civil.
- 7.4. A responsabilidade na teoria geral do Direito.
- 7.5. Classificação da responsabilidade civil.
- 7.6. Ato ilícito.
- 7.7. Abuso de direito.
8. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL
- 8.1. Conduta.
- 8.2. Dano.
- 8.3. Nexo causal.
- 8.4. Culpabilidade.
- 8.5. Pressupostos da responsabilidade civil subjetiva.
- 8.6. Pressupostos da responsabilidade civil objetiva.
- 8.7. Causas de irresponsabilidade da responsabilidade subjetiva e objetiva.
9. TEMAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL
- 9.1. Responsabilidade civil subjetiva no Código Civil
- 9.2. Responsabilidade civil objetiva no Código Civil



- 9.3. Responsabilidade civil pela perda de uma chance
- 9.4. Responsabilidade civil e o direito à imagem
- 9.5. Responsabilidade civil digital
- 9.6. Responsabilidade civil e atitudes discriminatórias
- 9.7. Responsabilidade civil no direito das famílias
- 9.8. Responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários e securitários
- 9.9. Responsabilidade civil na área médica
- 9.10. Responsabilidade civil decorrente de guarda de veículos e empresas de estacionamento
- 9.11. Responsabilidade civil automobilística
- 9.12. Responsabilidade civil do transportador
- 9.13. Responsabilidade civil e novos temas da atualidade

Bibliografia:

- CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: obrigações. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.2.
- GAGLIANO, Pablo Stolze, PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: responsabilidade civil. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v.3.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 2.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: responsabilidade civil. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2017. v. 4.
- TARTUCE, Flávio. Direito Civil: direito das obrigações e responsabilidade civil. 13 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

DIREITO EMPRESARIAL I

1. Introdução
2. Origem e evolução histórica do Direito Comercial.
3. O Direito Comercial no Brasil.
4. Constituição e princípios constitucionais do Direito Empresarial.
5. Autonomia – Fontes.
6. Das Pessoas Jurídicas
 - 6.1. Conceito
 - 6.2. Natureza Jurídica
 - 6.3. Requisitos para constituição da Pessoa Jurídica
 - 6.4. Classificação da Pessoa Jurídica
 - 6.5. Pessoas Jurídicas de Direito Privado
 - 6.6. Pessoas Jurídicas de Direito Público
 - 6.7. Extinção da Pessoa Jurídica
7. A Empresa
 - 7.1. Introdução
 - 7.2. Perfis – conceito poliédrico
 - 7.3. O Empresário



- 7.4. Conceito do Empresário à luz do Código Civil
- 7.5. ME - Microempresa
- 7.6. EPP - Empresa de Pequeno Porte
- 7.7. EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
- 7.8. MEI – Microempreendedor Individual
8. Empresa – Patrimônio
- 8.1. Do estabelecimento empresarial
- 8.2. Do nome empresarial
- 8.3. e-Commerce
- 8.4. Startups
9. Empresa – Regimes Tributários
- 9.1. Simples
- 9.2. Lucro Presumido
- 9.3. Lucro Real
10. Direito Societário
- 10.1. Conceito
- 10.2. Teorias sobre a personalidade jurídica dos entes coletivos
- 10.3. Constituição das sociedades - requisitos
- 10.4. Classificação
- 10.5. Sociedades Não Personificadas
- 10.6. Sociedades Personificadas
- 10.7. Tipos societários
- 10.8. Grupos Societários
11. Sociedade Limitada
- 11.1. Noções preliminares
- 11.2. Contrato Social
- 11.3. A Responsabilidade dos Sócios
- 11.4. As deliberações dos sócios
- 11.5. A administração da Sociedade Limitada
- 11.6. A responsabilidade do administrador
- 11.7. Do Conselho Fiscal
- 11.8. Da liquidação e dissolução 12. Da Desconsideração da Personalidade Jurídica
- 12.1. Noções preliminares.
- 12.2. Conceito
- 12.3. Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC
13. A Sociedade Cooperativa

Bibliografia:

CHAGAS, Edilson Enedino dos. Direito Empresarial esquematizado. 7.Ed. São Paulo: Saraiva, 2020. COELHO, Fabio Ulhoa. Novo Manual de Direito Comercial - Direito de Empresa. 31.Ed. São Paulo: RT, 2020.
CRUZ, André Santa. Direito Empresarial. 10.Ed. São Paulo: Método, 2020.
MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial brasileiro - empresa e atuação empresarial – 12.Ed. São Paulo: Atlas, 2020.
NEGRÃO, Ricardo. Curso de Direito Comercial e de Empresa - Vol. 1. 16. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.



3º ANO

DIREITO PROCESSUAL PENAL I

1. INTRODUÇÃO

1.1 Definição de direito processual penal.

1.2 Conceito, natureza e finalidade do processo penal. Direito de punir. Meios consensuais de solução de conflitos.

1.3 Modelo inquisitivo, acusatório e misto. O sistema pátrio.

1.4 Juiz das garantias. Noções gerais. Competência. Limitação.

1.5 Relação com outros ramos do direito.

1.6 Princípios (constitucionais) do processo penal.

1.7 Princípios gerais do processo penal.

1.8 Fontes do processo penal. Noção e classificação. Pactos e tratados.



- 2 APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL 2.1 Aplicação da lei processual no espaço.
- 2.2 Aplicação da lei processual no tempo. Princípios aplicáveis.
- 2.3 Interpretação da lei processual penal.
- 3 DO INQUÉRITO POLICIAL (1ª fase da persecução penal).
- 3.1 Polícia administrativa e polícia judiciária: atribuições.
- 3.2 Inquérito policial. Inquéritos extrapoliciais e termo circunstanciado. ECA
- 3.3 Conceito, natureza e finalidade do inquérito policial.
- 3.4 Instauração do inquérito policial. “Notitia criminis” e “delatio criminis”.
- 3.5 Prazos para instauração e para a conclusão do inquérito policial.
- 3.6 Desenvolvimento do inquérito policial: providências iniciais e gerais. Valor probatório do inquérito policial. Incomunicabilidade. Cláusula constitucional da reserva da jurisdição.
- 3.7 Conclusão, relatório e remessa do inquérito policial.
- 3.8 Atividades do Ministério Público no inquérito policial: arquivamento e desarquivamento.
- 3.9 Nova sistemática do arquivamento do inquérito policial (Lei 13.964/19). Papel do Ministério Público.
- 4 ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL 4.1 Hipóteses de cabimento. Condições.
- 4.2 Ministério Público. Investigado. Defensor.
- 4.3 Forma. Recusa do Ministério Público. Homologação. Descumprimento das condições.
- 4.4 Extinção da punibilidade. 5 JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS 5.1 Introdução. Princípios.
- 5.2 Juizado Especial Criminal (primeira parte – arts. 60/76). Leis 9.099/95 e 10.259/00.
- 5.3 Casos especiais (Leis 9.605/98, 11.340/06, 11.343/06, 9.503/97 e 10.741/03).
- 6 DA AÇÃO PENAL
- 6.1 Considerações gerais: natureza jurídica do direito de ação, conceito, classificação, condições da ação penal e pressupostos processuais.
- 6.2 Ação penal pública: características e princípios norteadores. Ação pública incondicionada: titularidade ativa e titularidade passiva. Ação penal originária. Ação penal pública condicionada: representação, retratação e prazos. Curador especial. Morte e declaração de ausência do ofendido. Requisição do Ministro da Justiça.
- 6.3 Denúncia: conteúdo, aditamento e prazos. Recebimento e rejeição da denúncia. Regras atuais do Código de Processo Penal. Recursos.
- 6.4 Ação penal privativa do ofendido: características e princípios norteadores. Ação penal privada exclusiva e personalíssima. Ação penal privada subsidiária da pública. Titularidade ativa e titularidade passiva. Início da ação privada: queixa crime, conteúdo e aditamento.
- 6.5 Extinção da punibilidade.
- 6.6 Ação civil “ex delicto”. Execução e fixação do valor na sentença penal condenatória.
- 7 DA JURISDIÇÃO.
- 7.1 Noções Gerais.
- 7.2 Características.
- 7.3 Princípios.



7.4 Órgãos do Poder Judiciário. Organização judiciária

8 DA COMPETÊNCIA

- 8.1 Competência no processo penal: previsões constitucionais e infraconstitucionais.
- 8.2 Competência material: natureza da causa (*ratione materiae*), qualidade da pessoa do réu (*ratione personae*), território (*ratione loci*). Varas colegiadas.
- 8.3 Competência funcional: fases do processo, objeto do juízo e grau de jurisdição.
- 8.4 Justiças especiais: justiça eleitoral, justiça militar e justiça do trabalho.
- 8.5 Justiça Comum: federal e estadual
- 8.6 Competência política: Senado Federal. Crimes de Responsabilidade.
- 8.7 Competência pela prerrogativa de função: Constituição Federal e Constituições Estaduais. Legislação infraconstitucional e súmulas dos Tribunais Superiores.
- 8.8 Competência em razão do lugar da infração; pelo domicílio ou residência do réu e pela natureza da infração. Prorrogação da competência (*perpetuatio jurisdictionis*). Competência pela distribuição. Competência por prevenção.
- 8.9 Modificação da competência: conexão e continência. Casos de reunião e separação do processo. Conexão e continência nos crimes dolosos contra a vida.
- 8.10 Competência absoluta e relativa. Conflito de competência e conflito de atribuições.

9 QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.

- 9.1 Considerações iniciais.
- 9.2 Das questões prejudiciais. Formas de solução. Sistema adotado pelo CPP.
- 9.3 Das exceções: conceito e espécies. Exceções dilatórias e exceções peremptórias.
- 9.4 Exceção de suspeição.
- 9.5 Exceção de litispendência e exceção de coisa julgada.
- 9.6 Exceção ilegitimidade de parte.
- 9.7 Exceção de incompetência do juízo.
- 9.8 Das incompatibilidades e impedimentos.
- 9.9 Da restituição de coisas apreendidas.
- 9.10 Medidas assecuratórias.
- 9.11 Do incidente de falsidade documental.
- 9.12 Do incidente de insanidade mental do acusado.

10 SUJEITOS DA RELAÇÃO PROCESSUAL.

- 10.1. Sujeitos do processo: juiz, autor e réu. Sujeitos processuais em sentido impróprio e secundário.
- 10.2. Do juiz: funções poderes, prerrogativas, impedimentos e suspeição.
- 10.3. Do Ministério Público: atividades e previsões constitucionais. Ministério Público estadual e federal. Princípios: unidade, indivisibilidade e independência funcional.
- 10.4. Do acusado: princípio da intranscendência. Pessoa jurídica. Direitos do acusado.
- 10.5. Do defensor: atuação do advogado no processo penal. Estatuto da OAB e Código de Ética. Inviolabilidade do mandato. Defesa pessoal, defesa técnica e autodefesa técnica. Defesa direta e defesa indireta. Defensor: ad hoc, constituído e nomeado. Defensoria pública.
- 10.6. Do assistente.
- 10.7. Dos funcionários da justiça. Peritos e intérpretes.
- 10.8. Do ofendido e sua participação no processo penal: direitos e deveres.

10.9 Órgãos do Poder Judiciário

Bibliografia:



TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 1, 2 e 3 v.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de Processo Penal. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal. 7ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2019.

MANZANO, Luís Fernando de Moraes. Curso de Processo Penal. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PACELLI, Eugênio. Curso de Processo Penal. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

AVENA, Norberto. Manual de Processo Penal. 3 ed. São Paulo: Gen. 2015.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

Capítulo XIV - Da Liquidação de Sentença – arts. 509 a 512

Título II - Do Cumprimento da Sentença

Capítulo I - Disposições Gerais – arts. 513 a 519

Capítulo II - Do Cumprimento Provisório da Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa – arts. 520 a 522

Capítulo III - Do Cumprimento Definitivo da Sentença que Reconhece a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa – arts. 523 a 527

Capítulo IV - Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Prestar Alimentos – arts. 528 a 533

Capítulo V - Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Pagar Quantia Certa pela Fazenda Pública – arts. 534 e 535

Capítulo VI - Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer, de Não Fazer ou de Entregar Coisa

Seção I - Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer – arts. 536 e 537

Seção II - Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa – art. 538

Capítulo I - Da Ação de Consignação em Pagamento – arts. 539 a 549

Capítulo II - Da Ação de Exigir Contas – arts. 550 a 553

Capítulo III - Das Ações Possessórias

Seção I - Disposições Gerais – arts. 554 a 559

Seção II - Da Manutenção e da Reintegração de Posse – arts. 560 a 566

Seção III - Do Interdito Proibitório – arts. 567 e 568

Capítulo IV - Da Ação de Divisão e da Demarcação de Terras Particulares

Seção I - Disposições Gerais – arts. 569 a 573

Seção II - Da Demarcação – arts. 574 a 587

Seção III - Da Divisão – arts. 588 a 598

Capítulo V - Da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade – arts. 599 a 609

Capítulo VI - Do Inventário e da Partilha

Seção I - Disposições Gerais – arts. 610 a 614

Seção II - Da Legitimidade para Requerer o Inventário – arts. 615 e 616

Seção III - Do Inventariante e das Primeiras Declarações – art. 617 a 625

Seção IV - Das Citações e das Impugnações – arts. 626 a 629

Seção V - Da Avaliação e do Cálculo do Imposto – arts. 630 a 638

Seção VI - Das Colações – arts. 639 a 641



Seção VII - Do Pagamento das Dívidas – arts. 642 a 646

Seção VIII - Da Partilha – arts. 647 a 658

Seção IX - Do Arrolamento – arts. 659 a 667

Seção X - Disposições Comuns a Todas as Seções – arts. 668 a 673

Capítulo VII - Dos Embargos de Terceiro – arts. 674 a 681

Capítulo VIII - Da Oposição – arts. 682 a 686

Capítulo IX - Da Habilitação – arts. 687 a 692

Capítulo X - Das Ações de Família – arts. 693 a 699

Capítulo XI - Da Ação Monitória – arts. 700 a 702

Capítulo XII - Da Homologação do Penhor Legal – arts. 703 a 706

Capítulo XIII - Da Regulação de Avaria Grossa – arts. 707 a 711

Capítulo XIV - Da Restauração de Autos – arts. 712 a 718

Capítulo XV - Dos Procedimentos de Jurisdição Voluntária

Seção I - Disposições Gerais – arts. 719 a 725

Seção II - Da Notificação e da Interpelação – arts. 726 a 729

Seção III - Da Alienação Judicial – art. 730

Seção IV - Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da

Alteração do Regime de Bens do Matrimônio – arts. 731 a 734

Seção V - Dos Testamentos e dos Codicilos – arts. 735 a 737

Seção VI - Da Herança Jacente – arts. 738 a 743

Seção VII - Dos Bens dos Ausentes – arts. 744 e 745

Seção VIII - Das Coisas Vagas – art. 746

Seção IX - Da Interdição – arts. 747 a 758

Seção X - Disposições Comuns à Tutela e à Curatela – arts. 759 a 763

Seção XI - Da Organização e da Fiscalização das Fundações – arts. 764 e 765

Seção XII - Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo – arts. 766 a 770

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1. Processo Coletivo: fundamentos, princípios, legitimidade, sentença e coisa julgada

2. A Arbitragem no Direito Brasileiro

- Juízo Arbitral

3. Os Juizados Especiais Cíveis:

- Estadual

- Federal

4. Juizados Especiais das Fazendas Públicas

5. Ações Constitucionais:

- Mandado de Segurança individual e coletivo

- Ação Popular 6. Ações Locatícias:

- Ação de Despejo

- Ação de Consignação de Aluguel e Acessórios da Locação

- Ação Revisional de Aluguel

- Ação Renovatória da Locação

7. Ação de Alimentos

11. Ações decorrentes de Leasing e Alienação Fiduciária em Garantia



Bibliografia:

DIDIER JR., Fredie. Curso de processo civil. São Paulo: Juspodvm, 2016. v.4
WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil. 16. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2018. v.4.
DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. 22^a. ed. São Paulo: Atlas, 2019;
GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2019.
NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Salvador: editora JusPODIVM, v. único, 2020.

DIREITO EMPRESARIAL II

1. SOCIEDADE ANÔNIMA
2. FRANCHISING
3. PROPRIEDADE INDUSTRIAL
 - 3.1. generalidades
 - 3.2. propriedade intelectual;
 - 3.3. propriedade industrial;
 - 3.4. o Código de Propriedade Industrial;
 - 3.5. o Instituto Nacional de Propriedade Industrial; 3.6. das patentes;
 - 3.7. das invenções;
 - 3.8. modelo de utilidade;
 - 3.9. modelo industrial;
 - 3.10. o know how e o segredo de fábrica;
 - 3.11. inventos ou aperfeiçoamentos do prestador de serviços; 3.12. das marcas e das expressões ou sinais da propaganda.
4. A CONCORRÊNCIA DESLEAL
5. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
6. O CRÉDITO
7. TÍTULOS DE CRÉDITO
 - 7.1. conceito
 - 7.2. histórico
 - 7.3. características dos títulos de crédito
 - 7.4. classificações dos títulos de crédito
 - 7.5. categorias dos títulos de crédito
 - 7.6. endosso
 - 7.7. aval
 - 7.8. outros pontos comuns aos títulos de credito
 - 7.9. espécies de título de crédito
 - 7.10. legislação internacional aplicada aos títulos de crédito
 - 7.11. a letra de câmbio
 - 7.12. a nota promissória
 - 7.13. o cheque
 - 7.14. a duplicata de compra e venda e a de prestação de serviços
 - 7.15. títulos de crédito e financiamento fiscal
 - 7.16. títulos de crédito e financiamento rural



- 7.17. títulos de crédito e financiamento industrial
- 7.18. títulos de crédito e financiamento comercial
- 7.19. títulos de crédito e financiamento imobiliário
- 7.20. títulos representativos.
- 8. UMA VISÃO GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO SINGULAR.
- 9. FALÊNCIAS, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA, BEM COMO A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DA EMPRESA
 - 9.1. da caracterização da falência
 - 9.2. da declaração judicial da falência
 - 9.3. dos efeitos jurídicos da sentença declaratória de falência
 - 9.3.1. quanto à pessoa do falido
 - 9.3.2. quanto aos direitos dos falidos
 - 9.3.3. quanto aos bens do falido
 - 9.3.4. quanto aos contratos do falido
 - 9.4. da revogação dos atos praticados pelo devedor antes da falência
 - 9.5. da administração da falência
 - 9.6. da arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos dos falidos
 - 9.7. do pedido de restituição e dos embargos de terceiros
 - 9.8. da verificação e classificação dos créditos
 - 9.9. do inquérito judicial
 - 9.10. da liquidação da extinção das obrigações
 - 9.11. dos crimes falimentares
 - 9.12. da correção monetária na falência
 - 9.13. das disposições especiais
 - 9.14. das disposições gerais
- 10. DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA
- 11. DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA.

Bibliografia:

Curso de Direito Comercial – Fábio Ulhoa Coelho: Saraiva.

Curso de Direito Comercial - Darcy Arruda Miranda Junior: Revistas dos Tribunais; Curso de Direito Comercial - João Eunápio Borges. Forense;

DIREITO CIVIL III

- 1. Teoria geral dos contratos: noção, enquadramento, evolução histórica
- 2. Do contrato:
 - 2.1. Conceito
 - 2.2. Elementos constitutivos e validade
 - 2.3. Princípios
 - 2.4. Formação
 - 2.5. Classificação
 - 2.6. Efeitos dos Contratos: Responsabilidade pelos Vícios Redibitórios e pela Evição
- 3. Contrato aleatório
- 4. Contrato preliminar
- 5. Extinção dos Contratos
 - 5.1. Modo normal de extinção.
 - 5.2. Extinção do contrato sem cumprimento:



- 5.2.1. Causas anteriores ou contemporâneas à formação do contrato: nulidade e anulabilidade; cláusula resolutiva e direito de arrependimento.
- 5.2.2. Causas supervenientes à formação do contrato: a) Resolução: por inexecução voluntária, por inexecução involuntária e por onerosidade excessiva;
b) Resilição: distrato e quitação; resilição unilateral: denúncia, revogação, renúncia e resgate; c) Morte de um dos contratantes;
d) Rescisão.
6. Contratos eletrônicos de consumo
- 6.1. Documento eletrônico
- 6.2. O momento e o lugar da formação do contrato
- 6.3. A regulamentação civil da internet no Brasil
7. Da compra e venda
- a. Conceito e características
- b. Natureza jurídica
- c. Elementos: a) O consentimento; b) O preço; c) A coisa
- d. Efeitos da compra e venda: a) Principais; b) Secundários
- e. Limitações à compra e venda
- f. Vendas especiais
- g. Cláusulas especiais à compra e venda: a) retrovenda; b) venda a contento e da sujeita à prova; c) da preempção ou preferência; d) da venda com reserva de domínio, e) da venda sobre documentos.
8. Da troca ou permuta
9. Do contrato estimatório
10. Da doação
- a. Conceito e características
- b. Objeto da doação
- c. Promessa de doação
- d. Espécies de doação
- e. Restrições legais
- f. Da revogação da doação: a) casos comuns a todos os contratos; b) revogação por descumprimento do encargo; c) por ingratidão do donatário.
11. Da locação de coisas
- a. Conceito e natureza jurídica
- b. Elementos
- c. Obrigações do locador e do locatário
- d. Disposições complementares
- e. Locação de prédios
- f. Locação de prédio urbano
12. Do empréstimo
- a. Do comodato
- b. Do mútuo
13. Da prestação de serviços
14. Da empreitada
15. Do depósito
16. Do mandato
17. Do transporte
18. Da fiança



Bibliografia:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. São Paulo: Saraiva, 2008.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, v. 3, São Paulo: Saraiva, 2015.
LÔBO, PAULO, Direito civil – contratos. São Paulo: Saraiva, 2018.
NADER, Paulo. Curso de direito civil, v. 3: Contratos, Rio de Janeiro: Forense, 2013.
TARTUCE, Flávio. Direito civil: teoria geral dos contratos e contratos em espécie, v. 3, Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DIREITO PENAL II

1) Parte Geral do Código Penal - Título VIII - Da Extinção da Punibilidade e da Prescrição Penal - arts. 107 a 120.

2) Parte Especial do Código Penal - Título I - Dos Crimes Contra a Pessoa - arts. 121 a 154:

2.1- Capítulo I - Dos Crimes Contra a Vida - art. 121.

Observação: No delito de homicídio, chamado por NÉLSON HUNGRIA de delito dos delitos, fazemos uma revisão geral dos principais institutos da teoria geral do delito (crime visto como conduta [1] típica [2], antijurídica [3], culpável [4] e responsável [5]), à luz do Direito Penal Moderno, ou seja, dos postulados do Funcionalismo Racional-Teleológico e da teoria da imputação objetiva. Legislação Especial - Incursões:

- Crimes Hediondos;
- Execução Penal;
- Delitos de Trânsito;
- Lei das Contravenções Penais.

Unidade 2 (Continuação):

2.1 - Capítulo I - Dos Crimes Contra a Vida - arts. 122 a 128;

2.2 - Capítulo II - Das Lesões Corporais - art. 129;

2.3 - Capítulo III - Da Periclituação da Vida e da Saúde - arts. 130 a 136;

2.4 - Capítulo IV - Da Rixa - art. 137;

2.5 - Capítulo V - Dos Crimes Contra a Honra - arts. 138 a 145.

Legislação Especial - Incursões:

- Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica na Lei do Meio Ambiente;
- Lei Anti-racismo

Unidade 2 (Continuação):

2.6 - Capítulo VI - Dos Crimes Contra a Liberdade Individual - arts. 146 a 154.

Unidade 3 - Parte Especial do Código Penal - Título II - Dos Crimes Contra o Patrimônio - arts. 155 a 183:

3.1 - Capítulo I - Do Furto - arts. 155 e 156;

3.2 - Capítulo II - Do Roubo e Da Extorsão - arts. 157 a 160; 3.3 - Capítulo III - Da Usurpação - arts. 161 a 162;

3.4 - Capítulo IV - Do Dano - arts. 163 a 167. Legislação Especial - Incursões:

- Crimes da Lei Ambiental (Lei nº 9.605/98) Unidade 3 (Continuação):

3.5 - Capítulo V - Da Apropriação Indébita - arts. 168 a 170;

3.6 - Capítulo VI - Do Estelionato e Outras Fraudes - arts. 171 a 179;



- 3.7 - Capítulo VII - Da Receptação - art. 180;
3.8 - Capítulo VIII - Disposições Gerais - arts. 181 a 183.
4 - Parte Especial do Código Penal - Título III - Dos Crimes Contra a Propriedade Imaterial - arts. 184 a 186:
4.1 - Capítulo I - Dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual - arts. 184 a 186.
Unidade
5 - Parte Especial do Código Penal - Título IV - Dos Crimes contra a Organização do Trabalho - arts. 197 a 207.
6 - Parte Especial do Código Penal - Título V - Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos - arts. 208 a 212:
6.1 - Capítulo I - Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso - art. 208;
6.2 - Capítulo II - Dos Crimes Contra o Respeito aos Mortos - arts. 209 a 212.

Bibliografia:

BITENCOURT César Roberto. Tratado de Direito Penal. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006, 04 vols. (*). CONDE, Francisco Muñoz. Teoria Geral do Delito. 1ª ed. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1988, 01 vol. (trad. de Juarez Tavares e Luiz Régis Prado). COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito Penal; Parte Geral e Parte Especial. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, 03 vol.